

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

REQUERIMENTO

(Do Sr. Deputado Waldir Neves)

Requer a convocação de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para discutir os assuntos pertinentes ao Projeto de Lei Complementar nº 126/2007, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006.

Senhor Presidente,

Observando as disposições estabelecidas pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V.Sa. que seja realizada por esta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC, **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para discutir os assuntos pertinentes ao Projeto de Lei Complementar nº 126/2007, em tramitação, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, de forma assegurar um perfeito entendimento e esclarecimento da matéria em foco.

Sala das sessões, em.....

Deputado Waldir Neves
(PSDB/MS)

JUSTIFICATIVA

Considerando que, na qualidade de relator do Projeto de Lei Complementar – PLP - 126/2007, em tramitação nesta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, ao iniciarmos a avaliação do projeto, identificamos que aos aspectos econômicos estavam em perfeita consonância com os propósitos estabelecidos pelo autor do mesmo, Sr. Luiz Carlos Hauly, porém identificamos também que alguns pontos relativos a ordem tributária, devam ser discutidos pela Comissão de Finanças e Tributação, visto a complexidade dos mesmos e os procedimentos internos relativos ao assunto.

Considerando que, em meio à análise em andamento, recebemos como apensado ao presente Projeto de Lei Complementar nº 126/2007, o processo do PLC nº 137/2007 de autoria do Sr. Paulo Bornhausen, que também versa sobre alterações a Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 e apresenta um novo conjunto de proposições, que possivelmente implicam na revisão das alterações propostas pelo PLP nº 126/2007, em discussão.

Simultaneamente, quando em discussão deste assunto junto à técnicos e órgãos estaduais, dentre eles os do meu estado, Mato Grosso do Sul, identificamos também que alguns tópicos deste PLP podem provocar transtornos e prejuízos às arrecadações dos estados, principalmente os menos desenvolvidos ou com economias pouco representativas no contexto nacional.

Desta forma, ante a necessidade de analisarmos os projetos em questão, de uma forma mais abrangente e elucidativa e com maiores subsídios técnicos, proponho a realização de uma Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação, com a participação de todos os segmentos econômicos e tributários envolvidos, quando então poderemos colher informações, necessárias para finalizar o relatório do PL nº 126/2007 e contemplar na análise, todos os aspectos envolvidos.